



Estado do Maranhão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

LEI Nº 272/2017 DE 05 DE JUNHO DE 2017.

Dispõe sobre a Conversão em Lei do Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Município de Itinga do Maranhão e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Itinga do Maranhão-SINTEEIMA no ano de 2017 e dá outras providências.

FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu, LUCIO FLÁVIO ARAUJO OLIVEIRA, Prefeito de Itinga do Maranhão, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica convertido em Lei o Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Itinga do Maranhão-SINTEEIMA e o Município de Itinga do Maranhão, nos seguintes termos:

Art. 2º. O presente Termo de Acordo Coletivo de Trabalho abrange todos os servidores do quadro efetivo da educação (60% e 40%), a saber: professores, diretores, vice-diretores, coordenadores, orientadores, supervisores, técnicos da educação, secretários e auxiliares de secretária, agente de portaria, auxiliares de serviços gerais e motoristas.

Art. 3º. Será mantida a gratificação/incentivo de sala de aula, no patamar de 10% (dez por cento) do salário base, aos docentes em efetivo exercício de sala de aula, bem como aos servidores que cumprem mandato sindical.

§1º. Fica reconhecida como sala de aula, a sala de leitura estendendo assim o Incentivo de Sala de Aula aos professores lotados nas salas de leitura mantidas por esta municipalidade.

§2º. Fica concedida gratificação de 10% (dez por cento) para os professores que trabalham em salas regulares, salas especializadas e AEE, com no mínimo dois alunos que tenham necessidades educativas especiais, devidamente comprovadas por profissionais específicos, de acordo com o Plano Municipal de Educação de Itinga do Maranhão.

§3º. Os incentivos aqui reconhecidos, somente serão destinados aos professores em efetivo exercício de sala de aula ou de leitura.

Art. 4º. O Município mantém a gratificação (vale-transporte) aos servidores que trabalham nas localidades de difícil acesso, conforme definição dada pelo Decreto 047/2013 do Executivo Municipal.

Art. 5º. Fica reajustado em 6,29% (seis vírgula vinte e nove por cento), percentual correspondente à correção inflacionária do último ano, o benefício vale-alimentação, que assiste os servidores efetivos do quadro da Secretaria Municipal da Educação incluídos nos



Estado do Maranhão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

40%, a saber: Secretários e Auxiliares de Administrativos, Agente de Portaria, Auxiliares de Serviços Gerais e Motoristas dos veículos que compõem a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. O município de Itinga do Maranhão se compromete em fixar todo o adicional da carga horária dos agentes de portaria em 20 horas extras mensais independentemente de mês ímpar ou mês par.

Art. 6º. O município de Itinga do Maranhão se compromete em zelar pela manutenção do Piso Nacional, conforme a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2.008, cujo valor para o exercício 2017 corresponde a R\$ 2.298,80, consoante ao enquadramento disposto no art. 64 da Lei Municipal nº 115/2009, que disciplina o Plano de Cargos, Carreira e Salários do município de Itinga do Maranhão.

Parágrafo Único. O município de Itinga do Maranhão se compromete a, a partir de 1º de março do ano em curso, através da secretaria de educação, cumprir o §4º do art. 2º da Lei na clausula 6ª.

Art. 7º. Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com seu cargo, estarão sujeitos a seguinte carga horária:

I – Secretário (a), Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais: 6 (seis) horas ininterruptas.

II – Agentes de Portaria: 12 (doze) horas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de descanso, mais pagamento de horas extras.

Parágrafo Único. O município de Itinga se compromete a manter no mínimo 04 (quatro) secretários ou auxiliares administrativos nas escolas com o número igual ou superior a 300 (trezentos) alunos matriculados, e nas escolas abaixo de trezentos (300) alunos o número de servidores que entender suficientes para atender a necessidade.

Art. 8º – O Município de Itinga do Maranhão se compromete a:

I - Fornecer aos profissionais da educação recursos materiais e pedagógicos, para o melhor desempenho de atividades inerentes ao cargo;

II – Zelar pela manutenção dos tele centros, adquirir materiais e equipamentos necessários tais como: projetor digital (Data Show), quadros;

III – Zelar e manter os pisos das salas nas escolas, pinturas, retalhamentos, revestimentos etc.



Estado do Maranhão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

IV- manter o limite máximo de 500 (quinhentos) alunos para cada supervisor pedagógico, garantido assim a maior assistência aos discentes e docentes do estabelecimento de ensino o qual exerce sua função.

V- a manter e melhorar a estrutura de locomoção para o melhor desempenho dos supervisores pedagógicos que atuam na Zona Rural.

VI- Promover capacitação profissional dos servidores ocupantes do cargo de direção, supervisão, coordenação, orientação, secretários e auxiliares de secretários, agentes de portaria e auxiliares de serviços de serviços gerais de acordo com as exigências da educação inclusiva, cap. 8, item 4.12 da Lei Municipal nº 226, de 25 de abril de 2015.

VII- a partir de 1º de março do ano em curso, promover o reajuste do salário base do Supervisor Pedagógico efetivo em 5% (cinco por cento), que passará a ser de R\$ 3.454,50 (três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) a partir da aprovação em Lei do acordo coletivo.

VIII- manter a gratificação mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) já percebida pelos Supervisores deste Município.

Parágrafo Único. Tendo em vista que a educação é o principal instrumento de transformação social, estando sempre em constante mudança nos seus conceitos teóricos e práticos, é de extrema significância instituir uma nova forma no processo de formação continuada, onde os formadores possam trazer coisas novas que venha de fato contribuir de forma positiva para o trabalho do professor em sala de aula e demais servidores em suas respectivas funções.

Art. 9º. Será promovido desconto mensal sobre o salário base dos servidores associados e ocupantes dos cargos elencados no artigo 2º, no percentual de 1.33% (uma vírgula trinta e três por cento), valor repassado ao SINTEEIMA, em parcela única, a ser realizado no próximo pagamento salarial, após entrada em vigor da presente legislação.

Parágrafo Único. Será repassado ao SINTEEIMA o desconto sindical anual.

Art. 10. Fica garantido a licença para qualificação profissional, sem prejuízo nos vencimentos, com direitos e vantagens permanentes ou não do profissional da educação.

§1º. A licença para qualificação de trata a cláusula anterior limita-se:

- a) 2 (dois) dias no período do curso de Graduação para, e somente para a defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia;
- b) 3 (três) dias no período do curso da Pós-Graduação e ou Mestrado para, e somente para a defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia;
- c) 10 (dez) dias no período do curso de Doutorado para, e somente para a defesa de Tese ou outro instrumento legal solicitado pela instituição.



Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

§2º. O servidor deve comprovar documentalmente a fase ou período do curso em que de fato necessita afastar-se das de suas atividades para a elaboração e ou defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia.

§3º. Para servidores que cursam graduação ou pós-graduação em outro município a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão se compromete a subsidiar custos de locomoção, alimentação cujo valor será definido em função da necessidade de locomoção do servidor.

Art. 11. O Executivo Municipal concederá sem qualquer prejuízo na remuneração, afastamento ao servidor do quadro efetivo lotado na Secretária Municipal da Educação, nas circunstâncias a seguir:

- I – Por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- II – Por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão de:
 - a) casamento;
 - b) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, irmãos, filho ou menor sob guarda.
 - c) por 7 (sete) dias consecutivos, Licença Paternidade, desde que comprovada com a Certidão de Nascimento e/ou solicitada após dois dias do nascimento do filho.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Itinga do Maranhão, em 05 de junho de 2017.

LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA
Prefeito de Itinga do Maranhão

PREFEITURA DE ITINGA DO MARANHÃO
PUBLICADO NO QUADRO DE AVISO EM:
Em 05/06/2017
Gabinete do Prefeito


PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA-MA

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA ERRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017, PREGÃO PRESENCIAL n.º 015/2017; MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA CNPJ: 06.769.798/0001-17, EMPRESA BENEFICIÁRIA: R. O. CARVALHO DO NASCIMENTO - EPP, CNPJ: 05.577.401/0001-22 OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares e da farmácia básica. ONDE SE LÊ:

LOTE 04 - CONTROLADOS			
32	FLUMAZENEL 2,5MG 5ML/CX 5AMP	100	R\$ 100,00

VALOR TOTAL REGISTRADO:	R\$ 1.750.172,04
--------------------------------	-------------------------

leia-se:

LOTE 04 - CONTROLADOS			
32	FLUMAZENEL 2,5MG 5ML/CX 5AMP	FRC 100	R\$ 47,37
			R\$ 4.737,00
VALOR TOTAL REGISTRADO:			R\$ 1.754.809,04

BARRA DO CORDA (MA), 05 de junho de 2017, SARA FERREIRA COSTA - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÁGUA-MA

AVISO DE ERRATA. ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 024/2017. Na edição de n.º 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º 32. Onde se lê: 14 de junho às 09h00min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 08h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 025/2017. Na edição de n.º 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º 32. Onde se lê: 15 de junho às 09h00min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 09h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 026/2017. Na edição de n.º 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º 32. Onde se lê: 15 de junho às 10h30min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 10h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 027/2017. Na edição de n.º 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º 33. Onde se lê: 15 de junho às 14h30min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 14h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 028/2017. Na edição de n.º 33, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º 188. Onde se lê: 15 de junho às 16h30min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 16h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

TOMADA DE PREÇOS TP 004/2017. Na edição de n.º 33, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º 188. Onde se lê: 16 de junho às 16h30min. Agora lê a se: 19 de junho de 2017, às 09h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URBANO SANTOS-MA

AVISO DE ERRATA DE PUBLICAÇÃO. ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 034/2017. Na edição de n.º 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º 18. Onde se lê: 15 de junho às 09h00min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 09h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ATO RETIFICAÇÕES. ATO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 035/2017. TEX Na edição de n.º 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º 18. Onde se lê: 15 de junho às 10h30min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 10h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ATO RETIFICAÇÕES. ATO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 036/2017. TEX Na edição de n.º 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º 18. Onde se lê: 15 de junho às 14h30min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 14h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ATO RETIFICAÇÕES. ATO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 037/2017. TEX Na edição de n.º 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º 18. Onde se lê: 15 de junho às 16h30min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 16h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ESTATUTO
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CRECHE
"MAURÍCIO JOSÉ"**

RESENHA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DENOMINAÇÃO: Instituto de Educação e Creche "Maurício José", Pessoa Jurídica de Direito Privado com objetivos filantrópicos, sem finalidade lucrativa; **FUNDAÇÃO SEDE E FORO:** Constituído em 1º de setembro de 1985, com sede e foro na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão; **PRAZO E DURAÇÃO:** indeterminado; **ADMINISTRAÇÃO:** A Entidade será administrado por uma Diretoria e um Conselho Fiscal com mandato de 3 anos, eleitos pela Assembléia Geral dos Sócios Efetivos, cabendo ao Presidente representá-la ativa e passivamente judicial e extrajudicialmente; **FINALIDADE:** Ministras, em sistema de Creche apoio pedagógico e cuidados a crianças com idade de até três anos, a Educação Infantil para crianças de até cinco anos e o Ensino Fundamental para crianças a partir de seis anos, residentes no Bairro de João de Deus, proporcionando ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades; **PATRIMÔNIO:** Será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública, pela contribuição dos sócios, subvenções e doações oficiais e particulares; **DISSOLUÇÃO:** Em caso de dissolução ou extinção o patrimônio remanescente será destinado a uma Entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a uma Entidade Pública a critério da Instituição. **MARIETA LÚCIA ESCRIVÃES CARREIRA** - Presidente.

LEI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

LEI Nº 272/2017, DE 05 DE JUNHO DE 2017. Dispõe sobre a Conversão em Lei do Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Município de Itinga do Maranhão e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Itinga do Maranhão-SINTEEIMA no ano de 2017 e dá outras providências. FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu, LUCIO FLÁVIO ARAUJO OLIVEIRA, Prefeito de Itinga do Maranhão, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica convertido em Lei o Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Itinga do Maranhão-SINTEEIMA e o Município de Itinga do Maranhão, nos seguintes termos: Art. 2º. O presente Termo de Acordo Coletivo de Trabalho abrange todos os servidores do quadro efetivo da educação (60% e 40%), a saber: professores, diretores, vice-diretores, coordenadores, orientadores, supervisores, técnicos da educação, secretários e auxiliares de secretária, agente de portaria, auxiliares de serviços gerais e motoristas. Art. 3º. Será mantida a gratificação/incentivo de sala de aula, no patamar de 10% (dez por



cento) do salário base, aos docentes em efetivo exercício de sala de aula, bem como aos servidores que cumprem mandato sindical. §1º. Fica reconhecida como sala de aula, a sala de leitura estendendo assim o Incentivo de Sala de Aula aos professores lotados nas salas de leitura mantidas por esta municipalidade. §2º. Fica concedida gratificação de 10% (dez por cento) para os professores que trabalham em salas regulares, salas especializadas e AEE, com no mínimo dois alunos que tenham necessidades educativas especiais, devidamente comprovadas por profissionais específicos, de acordo com o Plano Municipal de Educação de Itinga do Maranhão. §3º. Os incentivos aqui reconhecidos, somente serão destinados aos professores em efetivo exercício de sala de aula ou de leitura. Art. 4º. O Município mantém a gratificação (vale-transporte) aos servidores que trabalham nas localidades de difícil acesso, conforme definição dada pelo Decreto 047/2013 do Executivo Municipal. Art. 5º. Fica reajustado em 6,29% (seis vírgula vinte e nove por cento), percentual correspondente à correção inflacionária do último ano, o benefício vale-alimentação, que assiste os servidores efetivos do quadro da Secretaria Municipal da Educação incluídos nos 40%, a saber: Secretários e Auxiliares de Administrativos, Agente de Portaria, Auxiliares de Serviços Gerais e Motoristas dos veículos que compõem a Secretaria Municipal de Educação. Parágrafo Único. O município de Itinga do Maranhão se compromete em fixar todo o adicional da carga horária dos agentes de portaria em 20 horas extras mensais independentemente de mês ímpar ou mês par. Art. 6º. O município de Itinga do Maranhão se compromete em zelar pela manutenção do Piso Nacional, conforme a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2.008, cujo valor para o exercício 2017 corresponde a R\$ 2.298,80, consoante ao enquadramento disposto no art. 64 da Lei Municipal nº 115/2009, que disciplina o Plano de Cargos, Carreira e Salários do município de Itinga do Maranhão. Parágrafo Único. O município de Itinga do Maranhão se compromete a, a partir de 1º de março do ano em curso, através da secretaria de educação, cumprir o §4º do art. 2º da Lei na cláusula 6ª. Art. 7º. Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com seu cargo, estarão sujeitos a seguinte carga horária: I - Secretário (a), Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais: 6 (seis) horas ininterruptas. II - Agentes de Portaria: 12 (doze) horas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de descanso, mais pagamento de horas extras. Parágrafo Único. O município de Itinga se compromete a manter no mínimo 04 (quatro) secretários ou auxiliares administrativos nas escolas com o número igual ou superior a 300 (trezentos) alunos matriculados, e nas escolas abaixo de trezentos (300) alunos o número de servidores que entender suficientes para atender a necessidade. Art. 8º - O Município de Itinga do Maranhão se compromete a: I - Fornecer aos profissionais da educação recursos materiais e pedagógicos, para o melhor desempenho de atividades inerentes ao cargo; II - Zelar pela manutenção dos tele centros, adquirir materiais e equipamentos necessários tais como: projetor digital (Data Show), quadros; III - Zelar e manter os pisos das salas nas escolas, pinturas, retalhamentos, revestimentos etc. IV - manter o limite máximo de 500 (quinhentos) alunos para cada supervisor pedagógico, garantido assim a maior assistência aos discentes e docentes do estabelecimento de ensino o qual exerce sua função. V - a manter e melhorar a estrutura de locomoção para o melhor desempenho dos supervisores pedagógicos que atuam na Zona Rural. VI - Promover capacitação profissional dos servidores ocupantes do cargo de direção, supervisão, coordenação, orientações, secretários e auxiliares de secretários, agentes de portaria e auxiliares de serviços de serviços gerais de acordo com as exigências da educação inclusiva, cap. 8, item 4.12 da Lei Municipal nº 226, de 25 de abril de 2015. VII - a partir de 1º de março do ano em curso, promover o reajuste do salário base do Supervisor Pedagógico efetivo em 5% (cinco por cento), que passará a ser de R\$ 3.454,50 (três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) a partir da aprovação em Lei do acordo coletivo. VIII - manter a gratificação mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) já percebida pelos Supervisores deste Município. Parágrafo Único. Tendo em vista que a educação é o principal instrumento de transformação social, estando sempre em constante mudança nos seus conceitos teóricos e práticos, é de extrema significância instituir uma nova forma no

processo de formação continuada, onde os formadores possam trazer coisas novas que venha de fato contribuir de forma positiva para o trabalho do professor em sala de aula e demais servidores em suas respectivas funções. Art. 9º. Será promovido desconto mensal sobre o salário base dos servidores associados e ocupantes dos cargos elencados no artigo 2º, no percentual de 1.33% (uma vírgula trinta e três por cento), valor repassado ao SINTEEIMA, em parcela única, a ser realizada no próximo pagamento salarial, em vigor da presente legislação. Parágrafo Único. Será repassado ao SINTEEIMA o desconto sindical anual. Art. 10. Fica garantido a licença para qualificação profissional, sem prejuízo nos vencimentos, com direitos e vantagens permanentes ou não do profissional da educação. §1º. A licença para qualificação de trata a cláusula anterior limita-se: a) 2 (dois) dias no período do curso de Graduação para, e somente para a defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia; b) 3 (três) dias no período do curso da Pós-Graduação e ou Mestrado para, e somente para a defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia; c) 10 (dez) dias no período do curso de Doutorado para, e somente para a defesa de Tese ou outro instrumento legal solicitado pela instituição. §2º. O servidor deve comprovar documentalmente a fase ou período do curso em que de fato necessita afastar-se das suas atividades para a elaboração e ou defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia. §3º. Para servidores que cursam graduação ou pós-graduação em outro município a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão se compromete a subsidiar custos de locomoção, alimentação cujo valor será definido em função da necessidade de locomoção do servidor. Art. 11. O Executivo Municipal concederá sem qualquer prejuízo na remuneração, afastamento ao servidor do quadro efetivo lotado na Secretaria Municipal da Educação, nas circunstâncias a seguir: I - Por 1 (um) dia, para doação de sangue; II - Por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão de: a) casamento; b) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, irmãos, filho ou menor sob guarda. c) por 7 (sete) dias consecutivos, Licença Paternidade, desde que comprovada com a Certidão de Nascimento e/ou solicitada após dois dias do nascimento do filho. Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito de Itinga do Maranhão, em 05 de junho de 2017. LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA - Prefeito de Itinga do Maranhão.

LEI 273/2017, DE 05 DE JUNHO DE 2017. Dispõe sobre a Conversão em lei do Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Município de Itinga do Maranhão e o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde-SINDITINGA no ano de 2017 e dá outras providências. FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu, LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA, Prefeito de Itinga do Maranhão, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica convertido em Lei o Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde em Itinga (SINDITINGA) e o Município de Itinga do Maranhão, nos termos que seguem. Art. 2º. São beneficiários do acordo ora convertido em Lei todos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde cujas funções constam abaixo discriminadas. I - Nível Superior a) Fisioterapeuta b) Enfermeiro c) Odontólogo d) Bioquímico e) Fonoaudiólogo f) Médico Veterinário II - Nível Médio a) Técnico de Enfermagem b) Auxiliar de Enfermagem c) Auxiliar de Serviços em Odontologia d) Auxiliar de Administrativo e) Auxiliar de Serviço em Saúde f) Digitador g) Motorista III - Nível Fundamental a) Agente de Portaria b) Auxiliar de Serviços Gerais Art. 3º. A partir do dia 1º de abril de 2017 o salário base dos servidores elencados no Artigo 2º, incisos I e II, terão um reajuste de 6,29% (seis vírgula vinte e nove por cento) sobre o salário base exceto, os Auxiliares em Serviços de Odontologia, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços em Saúde e Digitador. Contemplando a isonomia do salário do nível superior. Art. 4º. Os servidores elencados no Artigo 1º, incisos II e III, terão direito de receber, a título da vale-alimentação, o valor R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais), com exceção dos profissionais de nível superior. Art. 5º. A gratificação dos ESF será no valor de R\$ 100,00 (cento reais), enquanto que a gratificação do PSB


PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA-MA

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA ERRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017, PREGÃO PRESENCIAL n.º 015/2017; MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA CNPJ: 06.769.798/0001-17, EMPRESA BENEFICIÁRIA: R. O. CARVALHO DO NASCIMENTO - EPP, CNPJ: 05.577.401/0001-22 OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos hospitalares e da farmácia básica. ONDE SE LÊ:

LOTE 04 - CONTROLADOS			
32	FLUMAZENEL 2,5MG 5ML/CX 5AMP	100	R\$ 100,00
VALOR TOTAL REGISTRADO:		R\$ 1.750.172,04	

leia-se:

LOTE 04 - CONTROLADOS			
32	FLUMAZENEL 2,5MG 5ML/CX 5AMP	FRC 100	R\$ 47,37
VALOR TOTAL REGISTRADO:		R\$ 1.754.809,04	

BARRA DO CORDA (MA), 05 de junho de 2017, SARA FERREIRA COSTA - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÁGUA-MA

AVISO DE ERRATA. ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 024/2017. Na edição de n.º. 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º. 32. Onde se lê: 14 de junho às 09h00min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 08h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 025/2017. Na edição de n.º. 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º. 32. Onde se lê: 15 de junho às 09h00min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 09h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 026/2017. Na edição de n.º. 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º. 32. Onde se lê: 15 de junho às 10h30min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 10h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 027/2017. Na edição de n.º. 103, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º. 33. Onde se lê: 15 de junho às 14h30min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 14h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ERRATA. PREGÃO PRESENCIAL PP 028/2017. Na edição de n.º. 33, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º. 188. Onde se lê: 15 de junho às 16h30min. Agora lê a se: 14 de junho de 2017, às 16h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

TOMADA DE PREÇOS TP 004/2017. Na edição de n.º. 33, sessão de terceiros, do dia 02 de junho de 2017, na página n.º. 188. Onde se lê: 16 de junho às 16h30min. Agora lê a se: 19 de junho de 2017, às 09h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URBANO SANTOS-MA

AVISO DE ERRATA DE PUBLICAÇÃO. ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 034/2017. Na edição de n.º. 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º. 18. Onde se lê: 15 de junho às 09h00min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 09h00min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ATO RETIFICAÇÕES. ATO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 035/2017. TEX Na edição de n.º. 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º. 18. Onde se lê: 15 de junho às 10h30min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 10h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ATO RETIFICAÇÕES. ATO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 036/2017. TEX Na edição de n.º. 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º. 18. Onde se lê: 15 de junho às 14h30min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 14h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ATO RETIFICAÇÕES. ATO ERRATA PREGÃO PRESENCIAL PP 037/2017. TEX Na edição de n.º. 104, seção 3, do dia 05 de junho de 2017, na página n.º. 18. Onde se lê: 15 de junho às 16h30min. Agora lê a se: 20 de junho de 2017, às 16h30min. Urbano Santos/MA, 08 de junho de 2017. JHONNY FRANCES SILVA MARQUES - Pregoeiro Municipal.

ESTATUTO
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CRECHE
"MAURÍCIO JOSÉ"**

RESENHA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DENOMINAÇÃO: Instituto de Educação e Creche "Maurício José", Pessoa Jurídica de Direito Privado com objetivos filantrópicos, sem finalidade lucrativa; **FUNDAÇÃO SEDE E FORO:** Constituído em 1º de setembro de 1985, com sede e foro na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão; **PRAZO E DURAÇÃO:** indeterminado; **ADMINISTRAÇÃO:** A Entidade será administrado por uma Diretoria e um Conselho Fiscal com mandato de 3 anos, eleitos pela Assembléia Geral dos Sócios Efetivos, cabendo ao Presidente representá-la ativa e passivamente judicial e extrajudicialmente; **FINALIDADE:** Ministar, em sistema de Creche apoio pedagógico e cuidados a crianças com idade de até três anos, a Educação Infantil para crianças de até cinco anos e o Ensino Fundamental para crianças a partir de seis anos, residentes no Bairro de João de Deus, proporcionando ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades; **PATRIMÔNIO:** Será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública, pela contribuição dos sócios, subvenções e doações oficiais e particulares; **DISSOLUÇÃO:** Em caso de dissolução ou extinção o patrimônio remanescente será destinado a uma Entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a uma Entidade Pública a critério da Instituição. **MARIETA LÚCIA ESCRIVÃES CARREIRA** - Presidente.

LEI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

LEI Nº 272/2017, DE 05 DE JUNHO DE 2017. Dispõe sobre a Conversão em Lei do Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Município de Itinga do Maranhão e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Itinga do Maranhão-SINTEEIMA no ano de 2017 e dá outras providências. FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu, LUCIO FLÁVIO ARAUJO OLIVEIRA, Prefeito de Itinga do Maranhão, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica convertido em Lei o Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Itinga do Maranhão-SINTEEIMA e o Município de Itinga do Maranhão, nos seguintes termos: Art. 2º. O presente Termo de Acordo Coletivo de Trabalho abrange todos os servidores do quadro efetivo da educação (60% e 40%), a saber: professores, diretores, vice-diretores, coordenadores, orientadores, supervisores, técnicos da educação, secretários e auxiliares de secretária, agente de portaria, auxiliares de serviços gerais e motoristas. Art. 3º. Será mantida a gratificação/incentivo de sala de aula, no patamar de 10% (dez por



cento) do salário base, aos docentes em efetivo exercício de sala de aula, bem como aos servidores que cumprem mandato sindical. §1º. Fica reconhecida como sala de aula, a sala de leitura estendendo assim o Incentivo de Sala de Aula aos professores lotados nas salas de leitura mantidas por esta municipalidade. §2º. Fica concedida gratificação de 10% (dez por cento) para os professores que trabalham em salas regulares, salas especializadas e AEE, com no mínimo dois alunos que tenham necessidades educacionais especiais, devidamente comprovadas por profissionais específicos, de acordo com o Plano Municipal de Educação de Itinga do Maranhão. §3º. Os incentivos aqui reconhecidos, somente serão destinados aos professores em efetivo exercício de sala de aula ou de leitura. Art. 4º. O Município mantém a gratificação (vale-transporte) aos servidores que trabalham nas localidades de difícil acesso, conforme definição dada pelo Decreto 047/2013 do Executivo Municipal. Art. 5º. Fica reajustado em 6,29% (seis vírgula vinte e nove por cento), percentual correspondente à correção inflacionária do último ano, o benefício vale-alimentação, que assiste os servidores efetivos do quadro da Secretaria Municipal da Educação incluídos nos 40%, a saber: Secretários e Auxiliares de Administrativos, Agente de Portaria, Auxiliares de Serviços Gerais e Motoristas dos veículos que compõem a Secretaria Municipal de Educação. Parágrafo Único. O município de Itinga do Maranhão se compromete em fixar todo o adicional da carga horária dos agentes de portaria em 20 horas extras mensais independentemente de mês ímpar ou mês par. Art. 6º. O município de Itinga do Maranhão se compromete em zelar pela manutenção do Piso Nacional, conforme a Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2.008, cujo valor para o exercício 2017 corresponde a R\$ 2.298,80, consoante ao enquadramento disposto no art. 64 da Lei Municipal nº 115/2009, que disciplina o Plano de Cargos, Carreira e Salários do município de Itinga do Maranhão. Parágrafo Único. O município de Itinga do Maranhão se compromete a, a partir de 1º de março do ano em curso, através da secretaria de educação, cumprir o §4º do art. 2º da Lei na cláusula 6ª. Art. 7º. Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com seu cargo, estarão sujeitos a seguinte carga horária: I - Secretário (a), Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais: 6 (seis) horas ininterruptas. II - Agentes de Portaria: 12 (doze) horas de serviço por 36 (trinta e seis) horas de descanso, mais pagamento de horas extras. Parágrafo Único. O município de Itinga se compromete a manter no mínimo 04 (quatro) secretários ou auxiliares administrativos nas escolas com o número igual ou superior a 300 (trezentos) alunos matriculados, e nas escolas abaixo de trezentos (300) alunos o número de servidores que entender suficientes para atender a necessidade. Art. 8º - O Município de Itinga do Maranhão se compromete a: I - Fornecer aos profissionais da educação recursos materiais e pedagógicos, para o melhor desempenho de atividades inerentes ao cargo; II - Zelar pela manutenção dos tele centros, adquirir materiais e equipamentos necessários tais como: projetor digital (Data Show), quadros; III - Zelar e manter os pisos das salas nas escolas, pinturas, retalhos, revestimentos etc. IV - manter o limite máximo de 500 (quinhentos) alunos para cada supervisor pedagógico, garantido assim a maior assistência aos discentes e docentes do estabelecimento de ensino o qual exerce sua função. V - a manter e melhorar a estrutura de locomoção para o melhor desempenho dos supervisores pedagógicos que atuam na Zona Rural. VI - Promover capacitação profissional dos servidores ocupantes do cargo de direção, supervisão, coordenação, orientação, secretários e auxiliares de secretários, agentes de portaria e auxiliares de serviços de serviços gerais de acordo com as exigências da educação inclusiva, cap. 8, item 4.12 da Lei Municipal nº 226, de 25 de abril de 2015. VII - a partir de 1º de março do ano em curso, promover o reajuste do salário base do Supervisor Pedagógico efetivo em 5% (cinco por cento), que passará a ser de R\$ 3.454,50 (três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) a partir da aprovação em Lei do acordo coletivo. VIII - manter a gratificação mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) já percebida pelos Supervisores deste Município. Parágrafo Único. Tendo em vista que a educação é o principal instrumento de transformação social, estando sempre em constante mudança nos seus conceitos teóricos e práticos, é de extrema significância instituir uma nova forma no

processo de formação continuada, onde os formadores possam trazer coisas novas que venha de fato contribuir de forma positiva para o trabalho do professor em sala de aula e demais servidores em suas respectivas funções. Art. 9º. Será promovido desconto mensal sobre o salário base dos servidores associados e ocupantes dos cargos elencados no artigo 2º, no percentual de 1.33% (uma vírgula trinta e três por cento), valor repassado ao SINTEEIMA, em parcela única, a ser realizado no próximo pagamento salarial, após entrada em vigor da presente legislação. Parágrafo Único. Será repassado ao SINTEEIMA o desconto sindical anual. Art. 10. Fica garantido a licença para qualificação profissional, sem prejuízo nos vencimentos, com direitos e vantagens permanentes ou não do profissional da educação. §1º. A licença para qualificação de trata a cláusula anterior limita-se: a) 2 (dois) dias no período do curso de Graduação para, e somente para a defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia; b) 3 (três) dias no período do curso da Pós-Graduação e ou Mestrado para, e somente para a defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia; c) 10 (dez) dias no período do curso de Conclusão de Curso ou Monografia; a defesa de Tese ou outro instrumento legal solicitado pela instituição. §2º. O servidor deve comprovar documentalmente a fase ou período do curso em que de fato necessita afastar-se das suas atividades para a elaboração e ou defesa da Tese, Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia. §3º. Para servidores que cursam graduação ou pós-graduação em outro município a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão se compromete a subsidiar custos de locomoção, alimentação cujo valor será definido em função da necessidade de locomoção do servidor. Art. 11. O Executivo Municipal concederá sem qualquer prejuízo na remuneração, afastamento ao servidor do quadro efetivo lotado na Secretaria Municipal da Educação, nas circunstâncias a seguir: I - Por 1 (um) dia, para doação de sangue; II - Por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão de: a) casamento; b) falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, irmãos, filho ou menor sob guarda. c) por 7 (sete) dias consecutivos, Licença Paternidade, desde que comprovada com a Certidão de Nascimento e/ou solicitada após dois dias do nascimento do filho. Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito de Itinga do Maranhão, em 05 de junho de 2017. LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA - Prefeito de Itinga do Maranhão.

LEI 273/2017, DE 05 DE JUNHO DE 2017. Dispõe sobre a Conversão em lei do Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Município de Itinga do Maranhão e o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde-SINDITINGA no ano de 2017 e dá outras providências. FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu, LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA, Prefeito de Itinga do Maranhão, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica convertido em Lei o Termo de Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde em Itinga (SINDITINGA) e o Município de Itinga do Maranhão, nos termos que seguem. Art. 2º. São beneficiários do acordo ora convertido em Lei todos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde cujas funções constam abaixo discriminadas. I - Nível Superior a) Fisioterapeuta b) Enfermeiro c) Odontólogo d) Bioquímico e) Fonoaudiólogo f) Médico Veterinário II - Nível Médio a) Técnico de Enfermagem b) Auxiliar de Enfermagem c) Auxiliar de Serviços em Odontologia d) Auxiliar Administrativo e) Auxiliar de Serviço em Saúde f) Digitador g) Motorista III - Nível Fundamental a) Agente de Portaria b) Auxiliar de Serviços Gerais Art. 3º. A partir do dia 1º de abril de 2017 o salário base dos servidores elencados no Artigo 2º, incisos I e II, terão um reajuste de 6,29% (seis vírgula vinte e nove por cento) sobre o salário base exceto, os Auxiliares em Serviços de Odontologia, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços em Saúde e Digitador. Contemplando a isonomia do salário do nível superior. Art. 4º. Os servidores elencados no Artigo 1º, incisos II e III, terão direito de receber, a título da vale-alimentação, o valor R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais), com exceção dos profissionais de nível superior. Art. 5º. A gratificação dos ESF será no valor de R\$ 100,00 (cento reais), enquanto que a gratificação do PSB